



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

ATA N.º 004/13 DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 17ª LEGISLATURA

Audiência Pública sobre Segurança Pública, tráfico e uso de drogas, criminalidade, construção do novo presídio e efetivo das polícias do município. A reunião foi iniciada às quinze horas e trinta e quatro minutos do dia onze de abril de dois mil e treze, no Plenário Arthur Magalhães Filho. O Mestre de Cerimônia, Senhor Wiliam Santos, deu início aos trabalhos convocando as autoridades e os vereadores para comporem a Mesa que ficou assim formada: Presidente da Câmara Municipal de Formosa – Vereador Iron Pereira da Mota; Prefeito Municipal - Itamar Sebastião Barreto; Vice-Prefeita - Argentina Martins; Secretário de Segurança do Estado de Goiás – Sr. Joaquim Mesquita; Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás – Cel. Sílvio Benedito Alves; Chefe de Gabinete de Segurança do Entorno – Cel. Efigênio Almeida; Comandante do 4º CRPM - Cel. Siqueira; Presidente da Subseção da OAB – Dr. Marco Aurélio; Capitão do Corpo de Bombeiros de Formosa – Bráulio Flores; Comandante do 11º CRPM – Tenente Cel. Eduardo Rodrigues Costa; Delegado de Polícia Civil – Dr. Joaquim Filho Adorno Santos; Prefeito de Planaltina de Goiás – Sr. Vilmar Caetano; Prefeito de Vila Boa – Sr. Hélio Raimundo; Diretor da GEO – Sr. Marcos Goulard; Comandante do 16º BPM – Major Isaías; Superintendente do 3º Núcleo Regional de Polícia Técnico-Científica – Dr. Messias Daameche; Inspetor da Polícia Rodoviária Federal – Sr. Carlos; Deputado Federal – Sr. João Campos; 14º BPM de Planaltina-DF – Major Carlos Antero Filho e Chefe do Posto da PRF de Formosa - Inspetor Edgard de Araújo. Após a formação da Mesa foram executados o Hino Nacional e o Hino à Formosa. O Sr. Wiliam Santos agradeceu a presença da Secretária de Cultura – Sr.^a Vera Couto; Secretário de Agricultura – Sr. Wilmar Weber; Secretário de Assuntos Jurídicos – Sr. Luiz Antônio Guimarães; Secretário de Governo e Articulação Política – Sr. Marcelo Magalhães; Secretário de Administração – Sr. Rodrigo Natividade; Secretária de Turismo – Sr.^a Rosana Araújo; Secretário de Comunicação Social – Sr. Rogério Martins e Promotora de Justiça – Dr.^a Caroline Ianes, em seguida concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Formosa. O ver. Cabo Mota agradeceu a Deus por conceder um momento como este e se disse muito honrado com a presença de todos nesta Audiência Pública. Agradeceu em nome de todos os vereadores a presença das seguintes autoridades: Presidente da OAB Subseção Formosa – Dr. Marco Aurélio; Deputado Federal – Vilmar Rocha; Chefe da Casa Civil – Sr. Luiz Guimarães; Prefeito de Planaltina de Goiás – Vilmar Caetano; Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás - Coronel Sílvio Benedito Alves; Comandante do 11º CRPM - Tenente Coronel Eduardo Rodrigues da Costa; Comandante do Corpo de Bombeiros de Formosa - Capitão Bráulio Flores; Delegado de Polícia – Dr. Geraldo Augusto Arruda Neto; Diretor da AGEO – Marco Lara; Presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB – Dr.^a Ana Flávia Lobo de Faria; Coronel Comandante Regional do Corpo de Bombeiros – Cel. Siqueira; Delegado Regional Dr. Joaquim Filho Adorno Santos; Chefe do Posto da PRF de Formosa – Inspetor Edgard de Araújo; Policial Rodoviário Federal – Sr. Carlos; Comandante do 16º BPM – Major Isaías; Diretor do Case – Sr. Adson Soares Fernandes; Representante do Deputado Federal Vilmar Rocha – Dr. Luiz Carlos Magalhães; Deputado Federal João Campos; Diretor da Agência Prisional – Sr. Volney Vitor Dias; Irmã Carmélia Bernardes Curado, responsável pela Pastoral Carcerária; Prefeito de Vila Boa – Sr. Hélio Raimundo; Presidente da Câmara Municipal de Planaltina de Goiás – ver. Sandro Alves Leite; Prefeito de Planaltina de Goiás – Sr. Vilmar Caetano; Representante do Bispo – Chanceler Padre Pedro Nogueira da Silva; Superintendente do 3º Núcleo Regional de Polícia Técnico-Científica – Dr. Messias Daameche; todos Secretários do Município; Chefe de Gabinete de Segurança do Entorno – Cel. Efigênio Almeida; todos



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

vereadores das cidades vizinhas; Vice-Prefeita de Formosa – Argentina Martins; Prefeito Municipal de Formosa – Itamar Barreto e Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás – Sr. Joaquim Mesquita e a todas as autoridades não nominadas. O Mestre de Cerimônia agradeceu também a presença da Secretária de Desenvolvimento Econômico – Sr.^a Kelly Áurea Correa; Secretário de Educação – Sr. Rafael de Almeida Barros; Ex-Prefeito Sr. Kesser Reis e o Assessor do Deputado Estadual Iso Moreira. A seguir, a palavra foi cedida ao Prefeito Municipal de Formosa. Itamar Barreto cumprimentou os componentes da Mesa, os vereadores e a todas as autoridades presentes, em especial o Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás – Dr. Joaquim Mesquita. Segundo ele, a cultura de debater os problemas locais é muito importante, ou seja, ouvir as autoridades e o cidadão em busca de solucionar as dificuldades vividas neste município. Solicitou que ficassem registradas duas fotos desta Audiência Pública, uma delas com as autoridades que compuseram a Mesa que dirigiu os trabalhos e a outra do Plenário que estava completamente lotado. Cumprimentou a imprensa de Formosa que se fez presente e destacou como exemplar a divulgação do debate, promoção da cidade e a defesa da população. Saudou o Presidente da Câmara e todos os vereadores e concluiu dizendo que era um dia histórico para Formosa. Em seguida assumiu a palavra o Deputado Federal João Campos. O Parlamentar cumprimentou os membros da Mesa e todas autoridades presentes. Destacou a importância da realização de Audiências Públicas e afirmou que é uma oportunidade dos Agentes Públicos interagirem com a sociedade e receber as suas críticas e reclamações. Citou que uma dessas críticas é em relação a legislação do país e que de fato é necessário aperfeiçoar o arcabouço jurídico na área criminal de forma que o cidadão comum e também o infrator percebam que a lei tem efetividade. De acordo com ele as penas estabelecidas no Código Penal são razoáveis e nesse sentido o grande problema da legislação brasileira é a parte Geral desse código e a Lei de Execução Penal. Exemplificou com uma situação em que o cidadão comum comete um crime, é alcançado pela polícia, depois pelo Ministério Público e o Judiciário o qual impõe uma pena quase sempre razoável, porém a lei é generosa quanto aos benefícios do condenado. Comentou sobre o Projeto de Lei de sua autoria que muda de forma substancial todos os requisitos para a concessão desses benefícios. Em sua opinião o Código Penal deve atender ao sentimento da sociedade por efetividade da justiça e criar instrumentos que diminuam a impunidade, fortaleça e prestigie as ações das Polícias, do Ministério Público e do Poder Judiciário. Fez referência ao polêmico tema da maioria penal e a necessidade do Congresso Nacional debatê-lo. Afirmou que tramita na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei que objetiva revisar toda a lei de drogas, endurecendo ainda mais em relação ao tráfico, financiamento e tratando também da internação involuntária. O Sr. William Santos agradeceu a presença do Promotor de Justiça – Dr. Frederico, da imprensa escrita e falada e do Juiz Criminal de Formosa – Dr. Fernando o qual foi convidado a compor a Mesa dos trabalhos. Avisou que a Audiência estava sendo transmitida em tempo real pela internet. A seguir, concedeu a palavra ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás – Cel. Sílvio Benedito Alves. O Coronel cumprimentou os integrantes da Mesa e as demais autoridades e se colocou à disposição do público para ouvir críticas, sugestões e opiniões. O Mestre do cerimonial destacou a presença do Promotor Dr. Danilo Vaz Costa Júnior e então cedeu espaço ao Delegado Regional da Polícia Civil – Dr. Joaquim. O Delegado saudou os membros da Mesa e as demais autoridades e o público presente e justificou a ausência do Delegado Geral da Polícia Civil – Dr. João Goski. Afirmou que são poucos os Delegados de Polícia que conhecem a realidade do entorno Norte e Sul e que após trabalhar nas Regionais de Formosa e de Luziânia não tem muitas esperanças quanto ao entorno Sul, mas no Norte e em Formosa a criminalidade ainda pode ser controlada. Assegurou que pode ser implantado um projeto piloto a nível de controle de Segurança Pública em Formosa com o aumento no quadro



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

de efetivos e políticas de segurança que possam posteriormente serem implementadas no entorno Sul. Logo após fez uso da palavra o Juiz de Direito – Dr. Fernando Oliveira. O Juiz cumprimentou o público e as demais autoridades. Comentou que na última sexta-feira reuniu-se com o Promotor de Justiça – Dr. Lucas, Delegado Regional – Dr. Joaquim, Major Isaías e oficiais do 16º BPM, todos Delegados de Polícia de Formosa e a Guarda Municipal e na ocasião trataram do tema desta Audiência de maneira mais restrita e focada na realidade do Município. Disse que as propostas que visam somente a majoração da pena tem um resultado insignificante para a sociedade. Comentou sobre o ofício que enviou ao Governador do Estado detalhando problemas básicos na alimentação dos detentos e que esse fato poderia levar a uma revolta, rebelião e mortes de presos. Segundo ele, há uma omissão do Executivo Estadual e somente após essa medida o governo se dispôs a resolver o problema. Afirmou que há 10 anos atrás a Polícia Militar contava com um contingente bem maior de PMs e questionou como isso pode acontecer considerando que a cidade cresceu e a população está acima de 100 mil habitantes. Adiantou que seria entregue ao Secretário de Segurança Pública do Estado um documento contendo os pleitos da Polícia Militar, Polícia Civil, Núcleo de Perícia Técnico-Científica e Guarda Municipal. Destacou a precariedade na estrutura do Núcleo de Perícia Técnico-Científica e que devido a isso muitos criminosos acabam sendo absolvidos. Asseverou que tratar de Segurança Pública é adotar políticas sérias e a médio e longo prazo e que aumentar a pena não é uma solução para a redução da criminalidade. O Sr. Wiliam Santos agradeceu a presença do Delegado titular do GNARC – Dr. Vytautas Fabiano Silva Zumas e do Delegado Titular da 2ª Delegacia Distrital de Polícia – Dr. Jandson Bernardo da Silva. Em seguida a Promotora de Justiça Titular da 5ª Promotoria - Drª Caroline Ianes iniciou o seu discurso. A Promotora saudou a todos presentes e as autoridades em nome do Prefeito Itamar Barreto. Segundo ela a forma de cumprimento de pena em Formosa é muito amenizada porque a cidade não conta com uma colônia agrícola para o cumprimento das penas no regime semi aberto e por isso os presos são liberados durante o período diurno e recolhidos no noturno. Alegou que os presos latrocidas, homicidas, pessoas que foram condenadas por crimes graves ficam soltas durante o dia sem nenhum tipo de fiscalização por parte do Poder Público e a sociedade arca com as conseqüências. Afirmou que se existisse na cidade uma melhor estrutura prisional, com presídios adequados, colônias agrícolas e casas de albergado para presos do regime aberto, as penas seriam cumpridas da forma como a lei de execução penal prevê e da forma como a sociedade espera. Explicou que os presos do regime aberto cumprem a pena prestando serviços à comunidade e comparecendo mensalmente no Fórum. Assegurou que as penas não precisam ser aumentadas, mas que sejam cumpridas da forma prevista na legislação. De acordo com ela a Lei de Execução Penal não é observada em Formosa e também no Estado de Goiás, pois praticamente só existe o regime fechado. Mencionou que a 5ª Promotoria de Justiça de Formosa ajuizou uma Ação Civil Pública na qual o Ministério Público pretende obrigar o Estado de Goiás e a Agência Prisional a construir um presídio adequado para os presos do regime fechado e também uma colônia agrícola para os presos do regime semiaberto. Alertou para a necessidade de melhorar a estrutura física e aumentar o número de efetivos da Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Técnico-Científica. Finalizou expondo o interesse do Ministério Público em melhorar o sistema prisional e retirar a cadeia pública do Centro da cidade. O Sr. Wiliam Santos saudou os vereadores desta Casa, em especial o líder do Governo – Ver. Divino Ramos. Destacou a presença do Promotor de Justiça – Dr. Lucas Danilo e do Dr. Léo Teixeira. Em seguida o Promotor de Justiça - Dr. Frederico iniciou o seu discurso. Cumprimentou a todos e ratificou o exposto pela Drª Caroline quanto a precariedade das condições de trabalho da Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica. Reconheceu o empenho do Grupo Especial de Repressão a Narcóticos (GNARC) e do Delegado



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

Titular - Dr. Vytautas Fabiano Silva Zumas. Afirmou que a cidade não possui um presídio descente e classificou como absurda as condições da cadeia no Centro da cidade. Mostrou-se favorável a construção do presídio ao lado do Case. Segundo ele, a lei não proíbe a construção de presídio próximo a estabelecimento de internação. Explicou que a legislação proíbe a contigüidade e isso não ocorre naquele local, pois há uma Avenida separando o Case do futuro presídio. Comentou que a liminar de embargo das obras foi indeferida e que está franqueada a construção do presídio naquele local. Pediu uma atenção especial do Secretário de Segurança do Estado em relação aos Centros de Internação de forma a manter o padrão de qualidade atual e mantê-los como modelo na gestão de repressão ao crime. Posicionou-se a favor da majoração da pena para crimes financeiros, lavagem de dinheiro e o chamado colarinho branco. Afirmou que a pena realmente deve ser aumentada, mas nos casos de crimes hediondos. O mestre de cerimônias cedeu a palavra ao Presidente da OAB Subseção de Formosa – Dr. Marcos Aurélio. O Presidente saudou a Mesa e as demais autoridades presentes e compartilhou a preocupação da OAB com a escalada vertiginosa da criminalidade em Formosa e região a ponto dessa instituição criar uma Comissão de Segurança Pública. Propôs que a Força de Segurança Nacional seja trazida para Formosa assim como ocorreu nas cidades que compõe o entorno sul e com bons resultados. Comentou que o efetivo da Polícia Militar é insuficiente assim como o número de Delegados da cidade. Afirmou que a ressocialização é mera promessa legal tendo em vista a situação dos presídios do município. O Presidente da Câmara mencionou o vídeo institucional sobre os problemas relativos à Segurança Pública em Formosa o qual seria exibido após a apresentação do Secretário de Segurança. Assegurou que objetivo desta Audiência Pública é buscar soluções a curto, médio e longo prazo de forma a proporcionar à sociedade formosense uma maior sensação de segurança e comodidade. Asseverou que o Governador Marconi Perillo não tem medido esforços para auxiliar este município no combate à criminalidade. Comentou que o governante deslocou-se até a Colômbia em busca de uma parceria e formação de um Protocolo de Intenções de forma a ser criada uma estrutura cooperativa das forças policiais visando uma melhoria geral da Segurança Pública com ações enérgicas e de combate ao crime organizado, tráfico de armas e de drogas. Parabenizou os Comandantes, Diretores, Chefes de Órgãos de Segurança Pública, Juízes, Promotores, Juristas e Religiosos pelo bom trabalho desenvolvido mesmo diante de todas as dificuldades. Convidou o vereador Antônio Faleiro e juntos entregaram ao Secretário de Segurança Pública as reivindicações dos representantes das instituições. O Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás iniciou a sua apresentação cumprimentando todas as autoridades. Afirmou que apesar de todos os desafios e dificuldades apresentadas a Secretaria de Segurança Pública tem avançado e assegurou que os dados da criminalidade em Formosa são bem menores em relação a outros municípios do Estado de Goiás. Assegurou que a estrutura das forças de Segurança Pública deste município é superior a de outras cidades do Estado. Comentou que apesar das dificuldades enfrentadas pelo Núcleo de Polícia Técnico-Científica, o município ainda pode considerar-se privilegiado, pois 230 cidades do Estado de Goiás não dispõem desse núcleo. Citou o sistema prisional de Formosa e os recursos que a cidade possui em uma conta vinculada da Caixa Econômica Federal desde 2008 destinados à construção de um presídio. Explicou que a Agetop realizou a licitação para início das obras, porém a empresa ganhadora rescindiu o contrato e as demais empresas não se dispõem a executar a construção pelo mesmo valor. Esclareceu que deverá ser publicada uma nova licitação e sua expectativa é de que seja concluída até maio ou junho e então as obras possam ser iniciadas com uma nova empresa contratada. Alegou que a carência no efetivo das forças policiais, os problemas da Polícia Técnico-Científica e a lotação no sistema prisional são problemas de âmbito nacional. Segundo ele, o Governador Marconi Perillo tem demonstrado grande preocupação e não tem medido

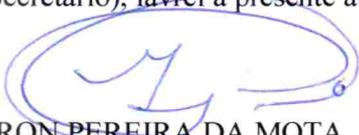


ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

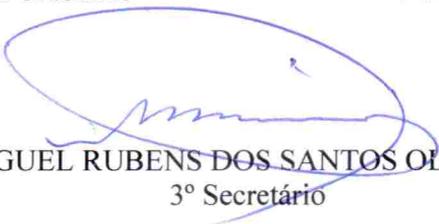
esforços para apoiar a Segurança Pública, porém existem entraves burocráticos, limitações orçamentárias e financeiras. Reconheceu que há problemas na linha de gestão e gerencial da própria estrutura de Segurança Pública e eventualmente da Agência Prisional e que o Estado deve assumir as suas responsabilidades e ter todos os contratos e condições para que as penas sejam executadas adequadamente. Elucidou que a Agência Prisional é jurisdicionada à Secretaria de Segurança Pública e que os órgãos estão buscando melhorias em suas gestões e nesse sentido citou um sistema de controle gerencial que possibilita visualizar em tempo real tudo o que está acontecendo em termos de ocorrências e emprego da força policial no Estado de Goiás. Comentou que o maior desafio a ser enfrentado pela Secretaria de Segurança Pública, além do gerencial e de gestão, é com relação ao baixo efetivo nos diversos órgãos. Assegurou que estão abertos dois concursos que oferecerão 1180 vagas para policiais militares e 750 vagas para policiais civis e que brevemente surgirão vagas para peritos do Núcleo de Perícia Técnico-Científica. Acrescentou que 1300 reservistas das forças armadas estão sendo selecionados e também virão para a região do entorno do Distrito Federal e esse número pode inclusive ser aumentado para 2000. Segundo ele, essas medidas irão melhorar a presença do policiamento e que o combate a criminalidade em Formosa e em toda a região será mais efetivo. Explicou que com exceção da Polícia Civil, não há necessidade de aquisição de mais viaturas e enfatizou que o necessário é o aumento no efetivo das polícias. Esclareceu que o sistema de controle gerencial está sendo implantado sob o comando do Coronel Sílvio o qual empregou as informações obtidas pelo software em Aparecida de Goiânia e com isso ocorreu uma redução de até 30% nos índices de criminalidade. Garantiu que brevemente dará uma resposta às solicitações e demandas recebidas nesta Audiência Pública. Finalizou seu discurso com a apresentação do Sistema de Controle Operacional (Siscope) que está em fase de implantação e será utilizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado com o objetivo de acompanhar em tempo real todos os detalhes da atuação da Polícia Militar. O Sr. Wiliam Santos agradeceu a presença do Dr. Eliomar Ferreira Barbosa e comunicou que seria exibido o vídeo institucional sobre Segurança Pública e logo após haveria o momento para os questionamentos do público presente. O Presidente da Câmara agradeceu a participação do Secretário de Segurança Pública e de todas as autoridades que compareceram a esta Audiência Pública. Nada mais a tratar, os trabalhos foram encerrados às dezoito horas e quarenta e oito minutos. E, para constar, Eu, Jesulindo Gomes de Castro (1º Secretário), lavrei a presente ata que será assinada pelos membros da Mesa Diretora.


IRON PEREIRA DA MOTA
Presidente


EMÍLIO TORRES DE ALMEIDA
Vice-Presidente


JESULINDO GOMES DE CASTRO
1º Secretário


JORGE GOMES DA MOTA
2º Secretário


MIGUEL RUBENS DOS SANTOS OLIVEIRA
3º Secretário